

Cinzas e vazio no lugar do verde

Com a ajuda do helicóptero da PM, Estado fiscaliza áreas de preservação ambiental em seis cidades e identifica 29 propriedades desmatadas ou devastadas por queimadas

ADEMAR POSSEBOM

Mesmo depois de um mês da publicação do decreto que proibiu as queimadas no Estado, o agricultor Sérgio Eduardo Lampier, 50 anos, ainda não sabia do impedimento e continuava a colocar fogo nas plantações para acabar com as pragas dos bananais que cultivava em Cascata do Galo, distrito de Domingos Martins.

Até ontem, ele agiu amparado por uma autorização do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) que permitia a queimada regular até o final deste mês. Porém, ele foi o primeiro proprietário rural abordado pela fiscalização estadual que sobrevoou seis municípios capixabas na terça-feira e identificou 29 áreas desmatadas ou devastadas por queimadas.

“O agente do Idaf que assinou a autorização disse que a proibição estava para ser aprovada e me deixou fazer a queimada. Depois disso, não soube de mais nada. Amanhã (hoje), vou procurar o sindicato para saber o que é que vamos fazer, porque não podemos plantar sem as queimadas”, afirmou o produtor.

A fiscalização busca identificar os pontos de devastação por meio de sobrevôos com o helicóptero da Polícia Militar. É utilizado o sistema de rastreamento *Global Positioning System* (GPS) para montar mapas a serem percorridos pelas equipes ter-

restres, que partem em busca das apreensões e autuações.

Repressão

O objetivo do Governo é identificar e punir quem promover desmatamentos, queimadas e construção de represas e barragens em locais inadequados. Para esse fim, várias secretarias e órgãos estaduais, além da Polícia Ambiental e Militar, juntaram-se em uma fiscalização que vai percorrer todo o Estado.

“Os produtores sabem que essas ações são criminosas, porque esses crimes são cometidos em lugares muito complexos, onde você por terra não alcança facilmente. Por isso, a utilização das aeronaves do Governo para que nós possamos alcançar os ilícitos e possamos aplicar as penalidades, de forma que possamos proporcionar tolerância zero”, disse o secretário de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, Ricardo Ferraço.

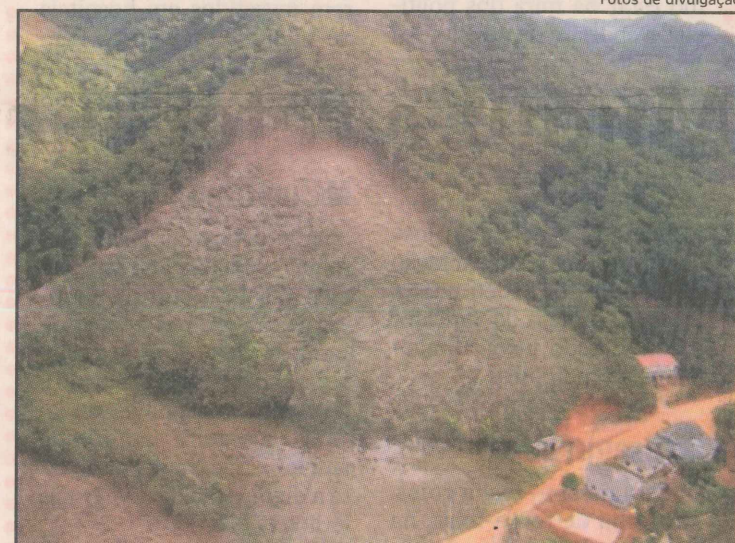
De acordo com o secretário, as ilegalidades acontecem em propriedades privadas cujos donos descumprem a determinação de preservar pelo menos 20% das reservas permanentes, no caso de reflorestamentos, e toda a área de Mata Atlântica. As penalidades variam entre R\$ 10 e R\$ 55 milhões, além da apreensão de produtos e embargo da propriedade. “Trata-se de expansões irresponsáveis que receberão dura repressão.”



Gildo Loyola

CONTRA A ECOLOGIA

Em uma propriedade em Cascata do Galo, distrito de Domingos Martins, homens da Polícia Ambiental constataram que estava sendo ateadado fogo nas plantações para acabar com pragas de um bananal



FLAGRANTE

A fiscalização conjunta da polícia e diversos órgãos estaduais flagrou, no entorno da Grande Vitória, propriedades com pontos de queimadas e devastação em áreas verdes que deveriam ser preservadas

Governo quer novos mapas a cada 30 dias

Para completar o mapeamento e verificar as devastações e desmatamentos em todo o Estado, o Governo estadual quer promover novos sobrevôos a cada 30 dias, para que nos 15 dias seguintes possam ser divulgados relatórios de atuação das equipes terrestres.

“No primeiro momento, fizemos a ação na região de montanhas, onde as zonas estão mais próximas. Estaremos zoneando o Estado para alcançar todo o território”, afirmou o secretário de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, Ricardo Ferraço.

O secretário também disse que os órgãos estaduais têm oferecido subsídios aos proprietários de terras no sentido de substituírem as queimadas, e que estes estariam bem informados sobre o novo decreto. “O que há é um desejo insaciável de derrubar as matas e florestas, de não preservar o meio ambiente”, disse o secretário Ferraço.

Atrasada

Mas nem todos concordam que os agricultores estejam tão bem informados. Que o diga o diretor-técnico do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Jadir Viana.

“Há um pouco de falta de conhecimento, porque nem todos lêem diários oficiais. No interior, é ainda pior. Mas isso não dá o direito de dizer que não se sabe que a queimada é prejudicial e não pode ser feita como é hoje”, afirmou o diretor.

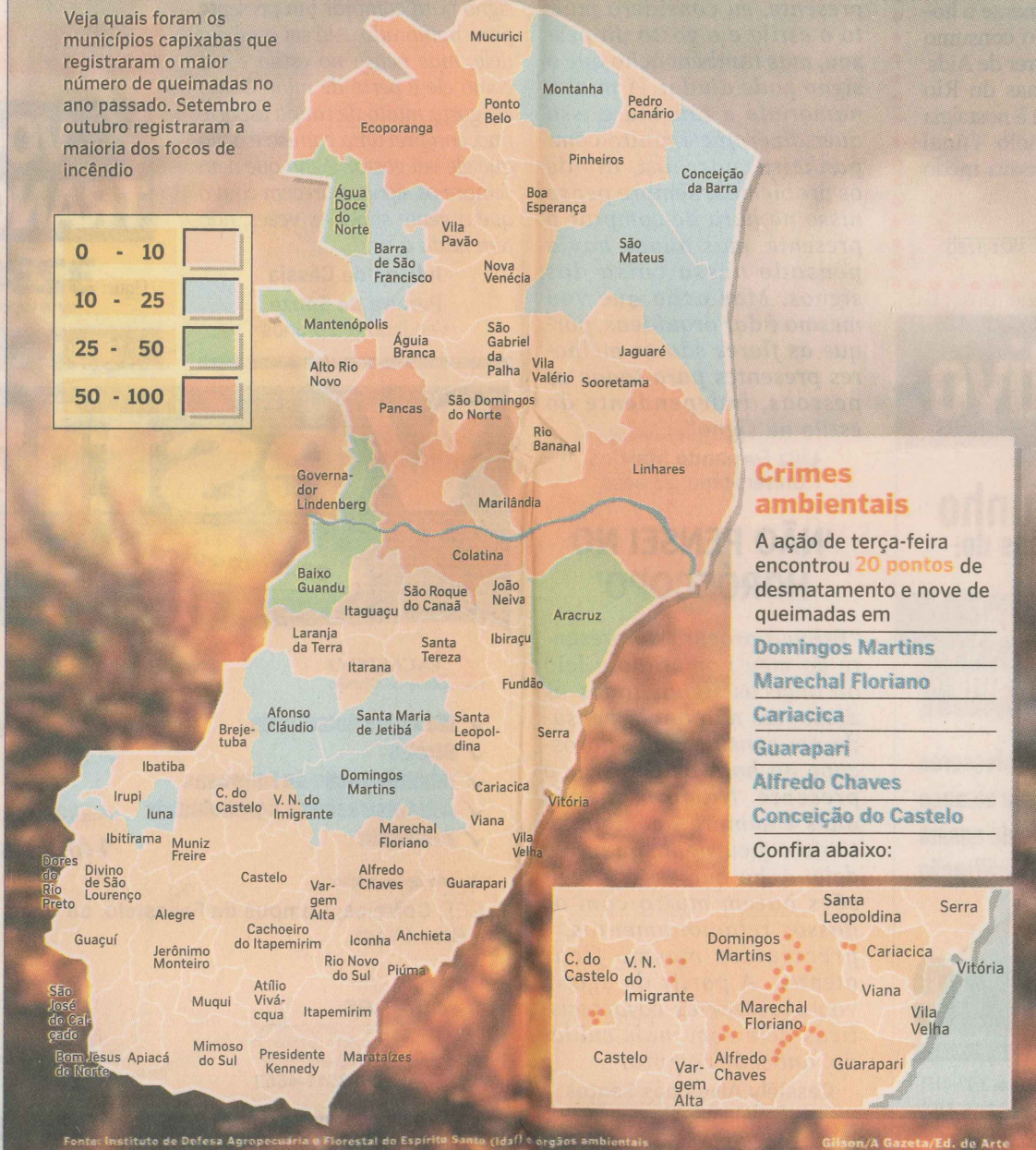
Para que os produtores sejam informados sobre a proibição, o Governo prepara uma campanha para rádios do interior, panfletos, outdoors e folderes, que também serão distribuídos em pontos de encontro como Idaf, prefeituras e sindicatos rurais.

“Esperamos que seja importante para eles diminuir os atos de queimadas”, afirmou o diretor-técnico do Iema, Jadir Viana.

Devastação no Espírito Santo

Veja quais foram os municípios capixabas que registraram o maior número de queimadas no ano passado. Setembro e outubro registraram a maioria dos focos de incêndio

0 - 10	
10 - 25	
25 - 50	
50 - 100	



Fiscalização vai virar rotina no Espírito Santo

Ações conjuntas entre diversos órgãos de preservação ambiental, como a que teve início ontem, poderão se tornar mais frequentes a partir de agora, com a criação de uma comissão estadual formada por representantes de órgãos ambientais federal, estadual e municipais. Essa comissão terá o objetivo de promover a discussão do problema e de promover ações conjuntas entre os órgãos responsáveis pela gestão ambiental.

Na opinião do representante do Governo federal na comissão, o gerente-executivo do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), Ricardo Vereza, a comissão poderá agilizar os trabalhos na medida em que reduzir conflitos de decisões entre os órgãos ambientais.

“Quando os representantes de cada instância governamental sentam e discutem conjuntamente as grandes questões, certamente as decisões terão respaldo, evitando conflito entre as instâncias”, afirmou.

A posse dos seis membros da comissão aconteceu durante um seminário, realizado na Assembléia Legislativa, que reuniu representantes dos órgãos ambientais, delegados da Conferência Nacional de Meio Ambiente, representantes de empresas, de organizações não-governamentais e da sociedade civil em geral para discutir as propostas da conferência nacional que terão reflexos no Estado. O desafio da comissão tripartite será implementar essas medidas.

Dentre as principais propostas estão a criação de unidades de conservação marinhas e o zoneamento ambiental das grandes monoculturas. A comissão foi criada pela portaria 131 do Ministério do Meio Ambiente, publicada segunda-feira. A criação das comissões técnicas estaduais com representantes dos governos também foi proposta pela Conferência Nacional de Meio Ambiente.